
AS DIFICULDADES DA ALFABETIZAÇÃO EM SALA MULTISSERIADA NO CAMPO

The difficulties of literacy in a multi-series room in the field

Elias do Nascimento Silva, Elisângela Gouvêa de Souza, Marinalva Gomes Martins Frenzel, Nágila Daiane Politowski, Patrícia Aparecida Gonçalves Ribeiro, Roberta Pegorari Bonfim dos Santos, Shirlyss Carvalho de Assunção, Sueli Silva da Mota Gonçalves, Tânia Fernandes, Valdirene Polassi Gonçalves.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer um estudo, sobre as diferentes realidades que envolvem a escola, o percurso e desenvolvimento da educação do campo como o processo de alfabetização enfocando a uma pesquisa bibliográfica a fim de se resgatar a História da Educação Brasileira enfocando a escola do campo. A escolha do tema ocorreu devido ao fato das escolas do campo quase não serem representadas, e a necessidade de se ter um trabalho diferenciado para os estudantes do campo. Devido à falta de assistência pedagógica, falta de materiais didáticos e a distância que muitas escolas estão localizadas entre outras situações que dificultam os trabalhos dos educadores as dificuldades foram os motivos que levaram a este trabalho de pesquisa bibliográfica, a partir como os anseios de seus atores, a precariedade da capacitação dos professores e o desenvolvimento da educação em todas as suas fases, principalmente na escola campesina.

Palavras-chave: Alfabetização; Campo; Evasão; Perspectivas; Realidade.

ABSTRACT

This work aims to make a study, about the different realities that involve a school, the progress and development of education in the field, such as the literacy process, focusing on a bibliographic research and the end of the record of the History of Brazilian Education, focusing on a country school. The choice of theme was due to the fact that rural schools are hardly represented, and the need for differentiated work for rural students. Considering the lack of pedagogical assistance, the lack of teaching materials and the distance that many schools are located among other situations that hinder the work of educators as difficulties were the reasons that led to this work of bibliographic research, based on how the comments of its actors, a precariousness of teacher training and the development of education in all its phases, mainly in the peasant school.

Keywords: Literacy; Field; Evasion; Perspectives; Reality.

1 INTRODUÇÃO

Por ser a educação uma das armas fundamentais para o desenvolvimento de um povo, e para melhor conhecimento desta, este trabalho ocorreu, através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, mostrar as dificuldades que os profissionais da educação enfrentam principalmente, os que atuam no meio, devido à precariedade do sistema educacional, evasão escolar, educadores com falta de qualificação, salas multisseriadas e outros fatores que dificultam uma educação de qualidade. E a alfabetização assim é vista assim:

As discussões revelam o caráter multifacetado dos termos 'alfabetização' e 'letramento', bem como a reflexão necessária acerca do ensino e da aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico, indicando que, no convívio de uma sociedade letrada, não basta somente o aprendizado da leitura e escrita, mas a utilização desse conhecimento nas práticas sociais, sobretudo porque o convívio com os diferentes suportes textuais já se faz presente em nosso dia a dia. (SILVA, 2014, p.02)

Este trabalho busca resgatar a história da Educação brasileira enfocando a escola do campo. A escolha do tema ocorreu devido ao fato das escolas rurais quase não serem representadas, e a necessidade de se ter um trabalho diferenciado para os estudantes do campo e seus educadores. Diante do exposto este trabalho propõe realizar fatores associados à educação do campo suas problemáticas e situações.

Desde a promulgação da primeira constituição federal de nosso país, as leis afirmam que todo ser humano é igual perante a lei, mas na prática não é o que acontece, pois, todo dia vemos pessoas sendo discriminadas em nossa sociedade, mas vimos que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, se garantido aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade. [...] (BRASIL, 1988, p.08)

As múltiplas práticas cotidianas, muitas vezes consideradas banais, passam por gestos e expressões quase imperceptível, pelo silêncio pelo ocultamento ou pela fala, que se constroem no espaço escolar, as práticas do descaso com a educação do campo que vem marcada pela diferenciação.

2 METODOLOGIA

Para realizar o estudo busquei suporte teórico e documentos nos pressupostos do método de pesquisa qualitativa tendo, em vista a análise interpretativa dos dados através da pesquisa bibliográfica que:

[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

É importante resgatar a história da escola do campo no sentido de valorizarmos os avanços ocorridos, e qual a perspectiva de futuro de nossos alunos lhes mostrando que é possível termos uma educação do campo de qualidade a partir do momento que a comunidade escolar luta pelos seus direitos.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A Educação do Campo tal como vem sendo abordada os últimos anos vem apontando a deficiência de projetos e de políticas públicas para esta modalidade de educação que busca dentro de sua concepção o desenvolvimento humanístico do homem do campo para sua inserção na sociedade de forma mais inclusiva e menos excludente. Assim sendo:

Acredita-se também, que uma fonte de desinformação e outros preconceitos perante o homem do campo, são subjacentes na mente de nossa população, a educação do campo deveria ser trazida à tona e discutida claramente para haver superação. Isso só se dará através de pesquisas e debates em torno da questão do campesino e da inclusão da Educação do Campo no ensino regular no Brasil. Partindo-se do princípio que a história é, por definição absolutamente inclusiva busca-se uma história do ser humano e de seu grupo social, para demonstrar-nos que a história da sociedade está sempre em movimento. (SOUZA: REIS, 2009, p.08).

Haja vista ainda o campo não ser mais visto em sua totalidade como um ambiente de apenas produção econômica voltada a subsistência, para encontro com a natureza, com a fertilidade, com costumes e, sobretudo com a preservação ambiental etc. Hoje se descobre uma realidade voltada a um modelo de

desenvolvimento capitalista e que compreende objetivos como a produção monocultora para a exportação.

Neste cenário a agricultura de subsistência, as pequenas propriedades e a policultura vêm perdendo espaço para os grandes latifúndios que expulsaram as pessoas do campo (êxodo rural) e inevitavelmente acabaram desvalorizando as escolas presentes naquele ambiente.

Segundo Vendramini (2004, p. 146 e 160) o século XX no Brasil ficou conhecido como o século das grandes mudanças sócio econômico e cultural. Para o autor estas mudanças se deram também nas escolas urbanas e rurais onde as escolas passam a ser fruto de processo de modernização entre as necessidades de integração social e as exigências do desenvolvimento pessoal. Até 1980 a educação do campo era vista como retrógrada em relação à educação da cidade, durante muitos anos o direito a ter uma educação foi negado à população mais carente, principalmente para as pessoas da zona rural.

Durante muito tempo por esse motivo deu-se muitas lutas por uma educação popular, os chamados excluídos, lutavam pelo direito a ter uma educação e melhora no sistema educacional sem diferenças. De acordo com Lefebvre, (1999) a necessidade de se dar mais apoio ao homem do campo, devido às diferenças entre o homem do campo e o da cidade.

As diferenças das escolas rurais da escola da cidade é que as rurais são em um espaço rural, muitas vezes em construções inadequadas, com carência de material didático e na maior parte das vezes com professores (educadores) despreparados. Para os atores do campo havia muita falta de oportunidades no campo de trabalho, as diferenças no tipo de educação além de não terem espaços de lazer, na maior parte faz com que acarreta uma evasão escolar. Ainda nos anos 80, a proposta governamental era o fechamento e a nucleação de escolas rurais em comunidades que contavam com reduzido número de crianças em idade escolar, é considerada a solução mais econômica. (FERNANDES, 2005).

A nucleação desde 1997 refere-se ao processo de agrupamento de escolas rurais que vem se efetivando de forma rápida e massiva, sendo implantados nas redes de ensino municipais e estaduais. Quanto à valorização do Ensino Fundamental que é mais característico a multisseriação há a vinculação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

Incentivando a criação de escolas-polo, nos municípios sedes para racionalizar a estrutura e a organização das pequenas escolas, que contam com reduzido número de alunos na tentativa de se eliminar ou diminuir o número de salas de aula multisseriadas. O que vai de encontro a concepção de Caldart (2004, p.16) de que:

A Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, *com a formação humana*. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos *para* ele.

Entre as dificuldades apresentadas nas escolas rurais, as mais frequentes são à distância, onde os estudantes moram longe da escola com isso passam muito tempo no caminho da escola. De acordo com autores, os alunos levantam-se muito cedo para chegar à escola e o aproveitamento do aprendizado nem sempre é tão bom.

O corpo docente nem sempre são graduados, a falta de profissionais graduados nas áreas mais afastadas, leva a substituição por professores com o mínimo de conhecimento causando com isso uma educação precária. Quanto ao enfoque da perspectiva de futuros dos atores campesinos, se percebe que:

A Educação Municipal Pública do Campo, considerada como uma educação diferenciada passa por muitas dificuldades devidas na questão de locomoção dos alunos até a escola, pois temos um período muito crítico das chuvaradas na qual dificulta o transporte escolar devido às estradas de terra batida. Enquanto pais de alunos esperam que a mesma seja um local motivador, apropriado e agradável em que os professores ensinem conteúdos relacionados à prática diária, com intuito de partilhar os conhecimentos para que os alunos de hoje sejam um futuro profissionais altamente preparados para vencer com dignidade os desafios da vida pessoal e profissional, sendo valorizado e respeitado por todos (MATO GROSSO, 2011, p25).

A história dos trabalhadores do campo e sua luta pela terra “[...] está vinculada as transformações ligadas ao mundo do trabalho” (ANTUNES, 2001, p. 47). Na visão do autor o capitalismo vive um novo padrão de acumulação decorrente das mudanças que vêm sofrendo, levados pela reestruturação produtiva e social. A cultura política, os movimentos sociais do campo tiveram papel importante, aonde a escola vai deixando de ser vista como um presente dos políticos, como mero clientelismo e vai sendo exigida como um direito do cidadão.

[...] a educação, à medida que cumpre sua função de difundir saberes e comportamentos, que se podem desdobrar em práticas as quais visam às mudanças sociais, de acordo com as necessidades dos movimentos, e um importante instrumento de conscientização, que pode contribuir para diminuir

a distância entre o que a direção do MST proclama e a noção que orienta a sua ação (VENDRAMINI, 2000, p. 162).

Para ao autor o homem do campo luta por melhores moradias e o direito de se viver em locais que escolheram para viver com suas famílias. Diante deste espectro, é preciso repensar sobre qual educação queremos para o campo dentro dessa realidade imposta, sendo necessário que haja políticas públicas que não sejam pontuais e ainda menos, compensatórias para preservar a Educação do Campo e suas escolas que ainda sobrevivem ao modo de produção capitalista.

A legislação brasileira por meio de diversos instrumentos legais garante o direito à educação a todos os alunos. Segundo a Constituição Federal (CF), no artigo 205, a educação é de responsabilidade do Estado e da Família e que ela visa o desenvolvimento do indivíduo, para o exercício da cidadania e qualificação profissional (BRASIL, 1988). É preciso refletir sobre o sentido da inserção do campo no conjunto da sociedade para quebrar o fetiche que coloca o camponês como algo à parte, fora do lugar e da totalidade definida pela representação urbana. É preciso romper com essa visão atrasada.

A partir da década de 80 com o reaparecimento dos movimentos sociais no campo, a escola ganha um novo sentido, não apenas pelas exigências de atendimento as crianças e aos jovens. Para Caldart (2004), neste momento muda-se o sentido da escola sobre o seu caráter formativo, sobre a formação de professores, sobre o aprendizado que deve ser efetivado. Em os movimentos dos trabalhadores Rurais ou como eram conhecidos os “Sem Terra”, tomam frente das discussões, segundo Caldart (2004) dessa forma a educação passa a ser o foco de uma proposta autônoma de educação com educadores próprios para as escolas rurais.

O que está em jogo é a recriação da escola, que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, poderá, ao dar acesso ao conhecimento, à cultura e ao trabalho, ampliar as condições de inclusão social. Escola única nos ciclos iniciais de formação humana, para que não tenha diferentes formas de organização a contemplar diferentes qualidades destinadas à formação da burguesia ou dos trabalhadores. Escola de formação humana para trabalhadores intelectuais e operacionais. (MATO GROSSO, 2010, p.12)

O movimento do MST decidiu assumir a tarefa de organizar uma proposta pedagógica totalmente específica para as escolas rurais, e formar educadores e educadoras capazes de trabalhar nesta perspectiva. A criação de um Setor de

Educação dentro do MST formaliza o momento em que esta tarefa foi intencionalmente assumida. (CALDART, 1995, p. 62).

Uma vez que a escola contribui significativamente na melhoria da vida dos indivíduos, faz com que as pessoas procurem estudar, e busquem um estudo de qualidade. Daí a necessidade de fortalecimento da escola tanto da zona urbana como as escolas da zona rural, mas existe a diferença de acordo com a realidade de cada uma delas.

Entende-se que o campo e a cidade são dois polos extremos, onde cada um apesar de serem diferentes não no conceito educação, mas na maneira como estas se portam e se articula mutuamente. A necessidade de professores com formação pedagógica nas diversidades culturais e transformações e processo de interação do campo. (BRASIL, 1996). Iniciativas metodológicas como: Pedagogias de Projetos, complexo temático e outros temas, mas a importância é estar voltada a realidade dos povos do campo sua realidade, experiências, saberes populares.

Nesse sentido Soares (2004, p. 47), nos diz que “o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado”. O compromisso do processo ensino aprendizagem deve respeitar e valorizar os saberes populares de acordo com a história do local. Os educadores através das formas de organização do trabalho pedagógico acabam desenvolvendo métodos de ensino que fazem com que o educando se para a busca de processos participativos de ensino e aprendizagem, quanto de ação social para a sua transformação social.

Dessa maneira a Educação do Campo evidenciará a diversidade cultural assim como às realidades que fazem parte das comunidades rurais. Na Educação do Campo o processo educativo é compreendido como uma prática de liberdade, vinculando à dinâmica social que pode contribuir com os processos de transformações sociais, visando à justiça e à humanização. Dentro da alfabetização pode ver que:

Contudo, as coisas não mudaram tanto assim. Na prática, as políticas públicas para a escolarização das populações rurais, ainda demonstram um fraco desempenho ou o desinteresse do Estado com respeito à educação rural, refletidos no alto índice de analfabetismo brasileiro que, ainda em 2000, continuava a ser mais elevado na área rural do que na área urbana. (SOARES, 2007, p.24).

Segundo o autor o entendimento do trabalho é fundamental para a compreensão das relações sociais e do processo de formação e desenvolvimento do

ser humano e da sociedade. Sem trabalho não há vida e não há cultura, não há progresso porque o trabalho é concebido como condição para uma autonomia do indivíduo.

A educação abrange várias dimensões da pessoa humana, os indivíduos possuem sua própria história, fazendo parte de um grupo social, com suas etnias, raça, credo, participando de lutas sociais em busca de desenvolvimento social dentro e fora da comunidade. A formação humana é todo o processo educativo que possibilita ao sujeito constituir-se enquanto ser social responsável e livre capaz de refletir sobre suas atividades, podendo ver e corrigir seus erros (JESUS, *et al*, 2004). Dentro do processo de alfabetização dos atores camponeses cabe aqui ressaltar que:

O método Paulo Freire previa que o alfabetizador deveria inicialmente fazer um levantamento do universo vocabular dos alunos, selecionando as palavras que melhor expressam a realidade de cada um, organizando-as de acordo com o grau de complexidade. A partir dessas palavras tidas como geradoras, o educador faria uma discussão com a turma destacando o papel do homem na formação de conhecimento e cultura. Em seguida, passaria então ao estudo de cada palavra geradora com auxílio de imagens que retratassem cada palavra, e por fim, essas palavras viriam a ser substituídas por temas geradores, aprofundando ainda mais o poder analítico e a visão crítica dos alfabetizados, ao mesmo tempo em que aprendessem a ler e escrever. (ZANATO, 2009, p.15).

Para se entender a valorização dos diferentes saberes e resgatar os saberes comunitários e relacioná-los com as diferentes áreas de conhecimento, buscando uma educação que traga como referência as suas especificidades para incluí-los na sociedade como sujeitos de transformação O que converge para o pensamento de Caldart (2004, p.18) de que:

[...] a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo, e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação *do* povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos *para* ele.

Na Constituição Federal de 1988, art. 205, “A educação, é direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. e sobre o enfoque da cidadania, Souza (2007, p.24) diz que:

A educação para a população rural é tratada no presente sob a denominação de Educação do Campo e agrupa uma variada realidade que engloba as mais diversas práticas da vida camponesa, tais como os espaços onde vivem os povos tradicionalmente agricultores, extrativistas, caçadores, ribeirinhos, pesqueiros, indígenas, quilombolas, posseiros, arrendatários, meeiros

fazendeiros e empregados rurais. As modernas políticas educacionais para o campo incentivam o resgate dos valores culturais como fator essencial para o desenvolvimento da cidadania.

Por motivo sócio político o homem do campo sempre foi relegado a um segundo plano, e a frase “gente da roça não carece de estudar é coisa de gente da cidade”. Somente a partir de 1930, a educação, de modo geral, começou a chamar mais atenção, principalmente em função da urbanização e da industrialização do país. (PAIVA, 2003). O acesso à educação gerado pela urbanização e pela industrialização passou a ser visto pelos camponeses como um fator que poderia gerar uma mudança social, contribuindo massivamente para o êxodo rural. A escola durante muito tempo era elitizada, sendo inacessível para grande parte da população principalmente a população campesina.

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, artigo 28).

Ao longo da história do Brasil, o povo do campo era tido como excluído social e político, econômico e cultural. A escola durante muito tempo era elitizada, sendo inacessível para grande parte da população principalmente a população rural. Ao longo da história do Brasil o povo do campo era tido como excluído social e político, econômico e cultural.

Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Tratada como política compensatória, suas demandas e sua especificidade raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço da academia e na formulação de currículos nos diferentes níveis e modalidades de ensino. A educação para os povos do campo é trabalhada a partir de um currículo essencialmente urbano e, geralmente, deslocada das necessidades e da realidade do campo. Mesmo as escolas localizadas nas cidades têm um currículo e trabalho pedagógico, na maioria das vezes, alienante, que difunde uma cultura burguesa e enciclopédica. É urgente discutir a educação do campo, mas especialmente a educação pública no Brasil. Será que a educação tem servido para o desenvolvimento da cultura entendida como práxis, ou tem contribuído para fazer avançar a cultura como conceito afirmativo, burguês? O presente capítulo tem suma importância em destacar a Educação do Campo partindo do princípio de que a história é por definição inclusiva e busca resgatar o desenvolvimento do ser humano, do seu grupo social para demonstrar que a história da sociedade está sempre em movimento. (SOUZA: REIS, 2009, p.11).

A população campestre foi mais beneficiada a partir da promulgação da Lei 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trouxe em seu artigo 37 garantia de acesso e a continuidade dos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade em idade própria). Entre as dificuldades apresentadas nas escolas rurais, a mais frequente é a distância, onde os estudantes moram longe da escola com isso passam muito tempo no caminho da escola

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 (Lei nº 4.024/61) no art. 105 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece aos poderes públicos que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971 (Lei nº 5.692/71) fortaleceu a ascendência dos meios de produção sobre a educação escolar, colocando como função central da escola a formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação geral do indivíduo. Assim dessa maneira Souza e Reis (2009, p.27) asseveram que:

A LDB tem como objetivo levar as pessoas a repensar a educação para a população rural, tal como tem sido praticado nas redes públicas, trata-se de questionar a prática pedagógica e traçar metas para a educação das pessoas do campo, que se propõe pelos Parâmetros Curriculares Nacionais contidos na Nova LDB. Levar cada um a refletir os fundamentos da modernidade na educação no Brasil. Pretende-se, portanto, que a pessoa compreenda mais os homens do campo, não só como alguém oprimido e desesperançado, mas, acima de tudo, que os veja como um ser humano que luta e resiste das mais diversas formas, como qualquer um de nós considerado como uma "Pessoa no setor urbano".

A Legislação brasileira de 1988 passou a contemplar as especificidades da educação do campo. Até então, a educação para essas populações era mencionada apenas para propor uma educação instrumental, assistencialista ou de ordenamento social. A LDB de 1996 reconhece, em seus artigos. 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país.

Os currículos das escolas básicas do campo não podem reproduzir o conjunto de saberes inúteis que estamos agora retirando da própria escola da cidade.

O homem e a mulher do campo e da cidade têm saberes mais sérios a aprender e a dominar. E para isso se coloca uma questão séria: Que currículo? Insisto que não seja apenas um conjunto de saberes utilitários. Só aqueles saberes que sejam básicos para a vida do campo, para sobreviver, nem para se adaptar as novas tecnologias (ARROYO, 1999, p. 32).

Há ainda outros fatos que corroboraram ao cenário educativo da educação do campo como a promulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo Instituída pela Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que diz que deram uma maior identidade e autonomia a escola de forma que esta se reorganizasse conforme sua realidade e ainda se organizem de forma a respeitarem a Gestão democrática vigente com a vinculação de conselhos deliberativos ainda que a gestão escolar seja centralizada.

Já o Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001 estabelece entre as diretrizes o “tratamento diferenciado para a escola rural”, recomenda numa clara alusão ao modelo urbano, a organização do ensino em séries, a extinção progressiva das escolas unidocentes e a universalização do transporte escolar.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, aprovadas em 2002 pelo Conselho Nacional de Educação, representam um importante marco para a educação do campo porque contemplam e refletem um conjunto de preocupações conceituais e estruturais presentes historicamente nas reivindicações dos movimentos sociais.

A Educação do campo recebeu vários incentivos ao longo dos anos e de um cenário de pouca atenção se avançou consideravelmente como o caso do Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, que instituiu o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) que trouxe um revigoramento a Educação do Campo onde em seu artigo 1º diz que:

A política de educação do campo destina-se a ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior as populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com a diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Segundo D’Ambrósio (1986)tem-se ainda o ensejo dentro da Constituição de 1934, que traz com mais abrangência a legalidade educacional, quando os pioneiros da Escola Nova ou escola Progressiva que foi um movimento representativo de uma parcela de intelectuais, cafeicultores, classe média e também composto por massas

populares urbanas e rurais que lutavam por melhorias educacionais e pela renovação do ensino e a educação brasileira introduziu no campo matrizes curriculares de contextos urbanizada e industrializada a partir de 1940, que eram dirimidas pela classe dominante, ou seja, a elite brasileira.

O campo ainda é característico pelo seu histórico de reivindicações onde se leva em conta as desigualdades econômicas, sociais, educativas, culturais e escolares, e pelo estereótipo que a educação do campo esteve por muito tempo uma situação precária e de pouca qualidade, com recursos pedagógicos escassos, a estrutura física comprometida, porém o que se vê comumente os casos de multisseriação.

A Lei nº 9.394/96 constitui uma base comum a todas as regiões do país, a ser complementada pelos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino determina a adequação da educação e do respectivo calendário escolar às particularidades da vida rural e de cada região. Em 1998, foi criada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, entidade supra organizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo em nível nacional.

Há necessidade de mudar a forma de se tratar a educação não só a dos grandes centros, mas também das escolas da zona rural. Perante a Lei somos todos iguais, mas isso funciona bem no papel, no dia a dia vemos que isso não é bem assim. Nossos jovens da zona rural acabam tendo uma educação menos eficaz que o jovem que recebem uma educação dos grandes centros.

Cabe ao educador servir de facilitador do educando ajudando-o a desenvolver seu potencial de aprendizagem e suas possibilidades educativas ao estabelecer relações sociais, na perspectiva da inclusão. Através de uma prática pedagógica comprometida com a formação de sujeitos capazes de interferir na determinação dos rumos do sujeito perante a sociedade.

4 CONCLUSÃO

A experiência na escola campesina vem possibilitando uma maior reflexão para a discussão das dificuldades, sobretudo a de ensino-aprendizagem e também ainda que pese um pouco a situação socioeconômica da comunidade, ainda reconhecendo a melhoria desta realidade educacional nos últimos anos que vem sendo fortalecida pela consciência de práticas produtivas e de alternativa agroecológica, focando a

agricultura familiar, a qualidade de vida dos atores sociais do campo que se torna indispensáveis na elaboração e na reestruturação do Projeto Político Pedagógico.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, Brasília, 2002.
- BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Corde, 1996
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso 21 mar 2020.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. – 3ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, R. S. __. **Educação em Movimento: Formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997
- D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Da realidade à ação: reflexões sobre educação e matemática**, 3ª ed., São Paulo: Sumus e Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.
- FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo**. Cadernos Temáticos – Educação do Campo. SEED/PR, Curitiba, 2005.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- JESUS, S. M. S. A. de; MOLINA, M. C. (orgs.) **Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo**: Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2004, p. 13 – 52. Coleção Por uma Educação do Campo, n. 5.
- JUARA. **Plano Municipal de Educação de Juara**. Lei Municipal nº 2.513 de 23 de junho de 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MATO GROSSO. **Proposta Pedagógica para a Educação do Campo de Juara.** Secretaria Municipal de Educação Juara, 2011.

MATO GROSSO. **Orientações Curriculares: Área de Ciências da Natureza e matemática: Educação Básica.** Secretaria de Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Defarti, 2010.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos.** 6°. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SILVA, Eliane de Souza. **Alfabetização e Letramento numa Escola do Campo.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: As muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.

SOARES, Nádya Bolzan. **Educação ambiental no meio rural: estudo das práticas ambientais da Escola Dario Vitorino Chagas-Comunidade Rural Do Umbu - Cacequi/RS.** Santa Maria, 20 de abril de 2007.

SOUZA, Neli Pereira; REIS, Rosini Mendes. **Educação do Campo Prática Pedagógica.** Faculdades Integradas do Vale do Ivaí – Univale / Instituto de Estudos Avançadas e Pós-Graduação – Esap. Monografia de curso de pós-graduação Lato Sensu em Ensino de Geografia e História. Umuarama - PR. 2009.

.VENDRAMINI, C. R. **A escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade e hipocrisia. (Lênin).** Florianópolis, Perspectiva, v. 22, n. 1, p. 145-165, jan./jun. 2004.

VENDRAMINI, C. R. **Terra, trabalho e educação: experiências socioeducativas em assentamentos do MST.** Ijuí: UNIJUI, 2000.

ZANATO, Fernando da Silva. **O Ensino de Geometria na Educação de Jovens e Adultos: Concepções docentes.** UNEMAT: Sinop, 2009